

Líderes temem que eleição impeça votação de medidas

Elson Soares

O trabalho de articulação com o Congresso será descentralizado ao máximo no primeiro ano do governo Collor, quando os esforços para aprovar as primeiras medidas esbarrarão na campanha eleitoral. O anúncio foi feito ontem pelos futuros líderes do governo na Câmara e no Senado, deputado Renan Calheiros e senador Carlos Chiarelli, depois de passarem duas horas e meia, na manhã de ontem, reunidos com o futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, avaliando a formação da maioria parlamentar do novo governo.

“Esse trio — Chiarelli, Cabral e eu — vai descentralizar, porque vamos conviver com um quadro de simultânea campanha eleitoral. Vai ser preciso muita gente trabalhando para garantir esse pessoal aqui em Brasília na hora das votações importantes”, disse Renan Calheiros. A estratégia definida até agora é de formar o apoio no Congresso através das lideranças partidárias. “Mas não é uma regra fixa, apenas uma tática”, explicou Chiarelli. As lideranças vão delegar poderes a outros parlamentares para participarem do trabalho.

Na conversa de ontem, Calheiros e Chiarelli levaram ao futuro ministro da Justiça a perspectiva de maioria nas duas casas, pelo menos para as medidas iniciais que Collor pretende apresentar. “Digo tendência majoritária porque ninguém assinou nada, embora tenha prometido apoiar”, definiu o senador. A base parlamentar, segundo Calheiros, “será um bloco informal”.

Surpresas

O número de parlamentares que já teriam fechado com o novo governo, na sua fase inicial, per-



Chiarelli e Calheiros: descentralizar articulações para evitar o risco da falta de quorum

manece em segredo. Chiarelli promete surpresas do lado oposicionista, confiante na perspectiva de contar com alguns votos pedetistas no Senado. Um telegrama de felicitações de Mário Maia, líder do PDT no Senado, pela escolha de Chiarelli como futuro líder do governo, foi interpretado como um sinal positivo. “Houve reações simpáticas de três dos cinco senadores do PDT. A conversa com Maurício Corrêa foi

extremamente cordial. Oficialmente, no entanto, ainda não há nada”, disse o senador.

Fernando Collor tem procurado conquistar a simpatia do Congresso para suas propostas e, segundo Calheiros, é entendimento geral na equipe que algumas dessas medidas precisarão ser antecipadas, para se criar um clima favorável. Collor não abrirá mão, porém, do

uso da medida provisória quando se tratar de caso de muita urgência. Essa prerrogativa do presidente da República dá a ele o direito de tomar providências que devem ser examinadas pelo Congresso em 30 dias, ou são aprovadas automaticamente depois desse prazo. “Esse recurso vai ser minimizado ao extremo, mas há situações especiais de urgência em que ele terá que ser usado”, explicou Renan Calheiros.